

CELESC

Reforma do estatuto da Celesc é discutida com trabalhadores



Representante dos Empregados no Conselho de Administração da Celesc, Jair Maurino Fonseca, conversa com trabalhadores da Agência Regional de Joinville

Com tantas tentativas de privatização da Celesc derrubadas nos últimos tempos, qualquer proposta de alteração estatutária é vista pelos trabalhadores com enorme desconfiança. Por isso mesmo o Representante dos Empregados no Conselho de Administração da Celesc, Jair Maurino Fonseca percorreu todas as sedes Regionais da empresa acompanhado dos sindicatos que compõem a Intercel, para conversar e explicar aos trabalhadores os motivos e as alterações que o novo estatuto da Celesc trará.

A revisão do estatuto é uma exigência da Bovespa, onde a Celesc está inscrita no Nível II de governança corporativa. Para isso foi montado um grupo de trabalho com membros do conselho ligados ao governo, aos minoritários e com a participação ativa do representante dos empregados. Os posicionamentos tomados pelo representante dos empregados ao longo desse debate foram amplamente discutidos e orientados pelos sindicatos que compõem a Intercel.

Como esperávamos, os privatistas de plantão tentaram utilizar a obrigatoriedade de alteração estatutária para encaminhar proposições contra a empresa pública e contra os trabalhadores. Propostas conhecidas como a de transferir para dentro do Conselho de Administração a negociação do Acordo Coletivo de Trabalho, Plano de Cargos e Salários e a Participação nos Lucros e Resultados da empresa foram propostas nas primeiras redações debatidas. O representante dos empregados no CA repudiou qualquer tentativa de levar para deliberação com voto qualificado à responsabilidade do Conselho de quaisquer aspectos envolvendo a relação capital

X trabalho, prerrogativa essa que deverá permanecer como está: através de negociação coletiva entre Diretoria e Sindicatos Majoritários. Outro ponto discutido e excluído pela representação dos trabalhadores foi a criação de pré requisitos para a ocupação dos cargos de diretores da Celesc, claramente voltados para dificultar a eleição para a Diretoria Comercial.

Também foi proposta a distribuição de 50% dos lucros da Celesc aos acionistas e novamente mantivemos postura contrária, pois acreditamos que deve ser respeitada a condição pública da empresa, investindo parte dos lucros no desenvolvimento do sistema e, conseqüentemente, no crescimento de Santa Catarina.

Nas principais mudanças, destacamos a estrutura das diretorias que passam a ser nove e não onze, oficializando a situação atual de apenas um presidente à frente das Celesc Holding, Distribuição e Geração e a unificação do Conselho Fiscal, que passará a ser somente um para todo o grupo Celesc.

Infelizmente, o governo do estado acabou encaminhando a proposta antes do envio da cópia final aos conselheiros envolvidos no debate e, o que é pior, sem o amplo conhecimento das lideranças da Assembleia Legislativa, o que acabou causando desconforto em toda a base governista. Agora, o projeto deverá ser reencaminhado para a ALESC para apreciação e orientação do voto dos representantes do governo no Conselho de Administração da Celesc.

O representante dos empregados no CA e os sindicatos da Intercel permanecerão à disposição para esclarecimentos da categoria e dos parlamentares catarinenses.



Terceira Rodada, nenhuma proposta

A Tractebel não apresentou contraproposta à pauta de reivindicações da Intersul na reunião ocorrida no dia 24/11. A empresa limitou-se, na maior parte do tempo, a refazer considerações feitas na reunião anterior.

SAÚDE - Em relação às reivindicações sobre o tema saúde, a empresa voltou a não assumir compromissos formais, mas admitiu que adotará providências administrativas nas áreas com maior dificuldade de atendimento.

PLANO CD - A Empresa reconheceu a necessidade de realizar mudanças, principalmente em relação aos empregados que após a migração ficaram com uma reserva muito baixa. No entanto, alertou que isso somente será possível no futuro, com base em um estudo atuarial.

PCR - A Empresa disse que promoverá mudanças apenas no ano que vem na discussão

com a Intersul, mediadas pelo Ministério Público do Trabalho.

ECONÔMICAS - As reivindicações econômicas não tiveram posicionamento da Empresa. A Intersul fez uma defesa do aumento real de 2% sustentada na prática de empresas do mesmo porte no setor como CESP, CPFL e AES Tietê que acordaram com seus trabalhadores aumentos reais nesse patamar. Sobre a PLR a empresa informou que está fazendo simulações. A Intersul demonstrou sua preocupação com esta questão, principalmente, em função das simulações feitas pela sua assessoria econômica (Dieese).

OUTRAS - A empresa de fato só respondeu positivamente sobre o transporte para os trabalhadores que moram em Saudades do Iguaçu e sobre a acumulação das horas abonadas. As maiores decepções ficaram por

conta da negativa em aumentar o adicional de penosidade e não estender o auxílio creche aos empregados. De uma forma geral, a empresa demonstrou um comportamento de quem prefere não se comprometer individualmente com esta ou aquela reivindicação, criando uma expectativa de que apresentará uma contraproposta geral para toda a pauta até a próxima reunião, marcada para o dia 07/12.

As dificuldades relatadas pela Empresa em atender algumas reivindicações são inadequadas quando se avalia os resultados nos últimos 9 meses. Não é admissível para os dirigentes da Intersul que o excelente desempenho da Empresa, traduzido em pagamentos crescentes de dividendos aos acionistas, não permita o atendimento das reivindicações dos trabalhadores.

Eletrobras/Eletrosul

Diretor da Eletrobras marca reunião e não comparece

A postura do Coletivo Nacional dos Eletricistas (CNE) durante as negociações com a Direção da Eletrobras, seja no período de discussão do ACT, ou de outros assuntos de interesse da categoria, foi pautada pelo respeito aos compromissos firmados. Sempre que solicitado o CNE jamais deixou de comparecer às reuniões, mesmo com esforço devido aos gastos que elas representam para os sindicatos. Porém a recíproca da Eletrobras em vários momentos não foi verdadeira, pois em diversas ocasiões a empresa desmarcou sem critérios reuniões com os trabalhadores/as, em cima da hora.

Fato semelhante e mais grave aconteceu dia 23 de novembro, em Brasília, quando o Diretor de Administração da Eletrobras simplesmente não apareceu em reunião marcada para debater temas fundamentais para os trabalhadores, como a PLR, Conselho de Administração e, principalmente, o tratamento isonômico do Governo no que tange ao ganho real conquistado por outras categorias. Lamentamos que nesse momento de grande importância de discussão de uma pauta ampla para os/as trabalhadores/as a direção da empresa não compareça ao compromisso agendado. Se não houver uma mudança

de postura tudo ficará como antes, ou seja, palavras sem sentido, uma direção sem força para lutar e dialogar com seus trabalhadores e trabalhadoras, que apenas diz amém para todas as decisões de Governo. Exigimos da direção da Eletrobras resposta ao ofício enviado pela FNU, no dia 09 de novembro, que cobrava uma posição da Eletrobras para os seguintes pontos:

Ganho Real – O CNE pleiteia aplicação do ganho real retroativo a maio de 2011 para TODOS (AS) Empregados(as) das Empresas do Grupo Eletrobras sem restrições, considerando o tratamento dado pelo Governo a outras categorias que tiveram data-base posterior a dos Eletricistas, pois as mesmas tiveram tratamento diferenciado positivamente, como por exemplo, os Bancários, Correios, CODEVAP, EMBRAPA, ou seja, tiveram GANHO REAL. Nesse sentido pleiteamos ISONOMIA de tratamento, sem prejuízo ao compromisso já acordado e firmado em mesa de negociação.

Pagamento da PLR 2011 – O CNE vem reiterar que o pagamento da PLR de 2011, seja feito da seguinte forma: 50% (uma folha) LINEAR e 50% PROPORCIONAL, pois a definição da forma de distribuição da mesma é de única e ex-

clusiva competência da Direção da Eletrobras, não necessitando de autorização “externa”. Lembramos que essa é uma dívida moral que a Direção da Eletrobras tem para com os(as) trabalhadoras(as).

Conselho de Administração – Solicitamos que seja realizado seminário patrocinado pela Eletrobras, aplicado pelos Secretários dos Conselhos de Administração das Empresas com a participação dos representantes da Comissão Eleitoral (Trabalhadores x Empresas). Ainda que o mandato seja de 3 anos e não de 1 como está proposto pela empresa.

Pessoas com Necessidades Especiais – O CNE solicita que seja aplicado conforme compromisso firmado em mesa de negociação.

Portaria Interministerial – O CNE solicita à Eletrobras quando será aplicada a PORTARIA INTERMINISTERIAL, que flexibiliza a movimentação de pessoal, ou seja, permite à Eletrobras ter autonomia no que tange ao gerenciamento do seu quadro de PESSOAL seguindo o modelo da Petrobras. Vale lembrar que essa medida é um compromisso político da Eletrobras e do Ministério de Minas e Energia, haja vista que as duas Empresas são do mesmo Ministério.

Bola dividida

Após anúncio da grande festa para a assinatura do recontrato de patrocínio do Avaí e Figueirense, ocorre ontem na sede da Eletrosul, vários trabalhadores contataram dirigentes do Sinergia questionando sobre a necessidade do pomposo evento. Segundo eles, bastava os envolvidos se reunirem numa sala, tirar algumas fotos, publicar matéria no Saiba Mais e divulgar na imprensa. Há um contrassenso em tudo isto. De um lado a diretoria da Eletrosul apregoa austeridade e redução de custos, de outro não mede esforços e dinheiro para esse tipo de patrocínio e suntuoso evento.

Os empregados perguntam: Qual o real sentido do marketing institucional numa empresa como a Eletrosul? Divididos ao torcer por seu time do coração (Avaí ou Figueirense), os trabalhadores unem-se numa só afirmação: Tem muita promoção pessoal nesse jogo! Tem gente fazendo gol com o chute dos outros (dinheiro público) e faturando no seu campo particular (autoimagem). Estamos de olho!

LINHA VIVA é uma publicação da Intersindical dos Eletricistas de SC. Jornalista responsável: Paulo Guilherme Horn (SRTE/SC 3489). Conselho Editorial: Amílca Colombo. Rua Max Colin, 2368, Joinville, SC. CEP 89206-000. Fone (047) 3028-2161. E-mail: sindsc@terra.com.br - Site: www.sindnorte.org. As matérias assinadas não correspondem, necessariamente, à opinião do jornal.

Empreiteira usa escadas da Celesc com anuência da chefia



Funcionário da empreiteira devolve escada da Celesc após o dia de trabalho

Os carros da Supervisão Técnica Comercial estacionados no pátio da Agência Regional de Joinville tiveram suas escadas retiradas e cedidas à empreiteira que realiza corte, religações e ligações novas na cidade. Segundo trabalhadores que denunciaram a situação, a chefia da supervisão comunicou que a empreiteira estaria sem o material para trabalhar e por isso, as escadas seriam emprestadas até que as condições de trabalho fossem normalizadas. De acordo com depoimentos, as escadas da empreiteira foram deslocadas para Criciúma. A responsabilidade de fornecer ao trabalhador o material necessário para a execução de sua função é, por contrato, da empreiteira e ao ceder os equipamentos da Celesc fica clara a falta de respeito com os trabalhadores próprios e com o bem público, além do descaso com o contrato vigente. Os sindicatos que compõem a Intercel registraram o fato, com fotos e depoimentos testemunhas e encaminharão denúncia aos órgãos competentes cobrando a responsabilização dos envolvidos, sejam eles quem for. A pergunta que não quer calar é: quem deu, de fato a ordem para essa irregularidade? Quais os chefes envolvidos?

TERCEIRO CICLO DE REVISÃO TARIFÁRIA

Empresa de Referência não é mais parâmetro para a definição dos custos operacionais das distribuidoras

Das mudanças no modelo tarifário previstas para o 3º Ciclo de Revisão, a que traz mais impactos nas questões trabalhistas é a definição dos custos operacionais. Os custos operacionais não terão como parâmetro uma Empresa de Referência; agora será observado o desempenho histórico, baseado em dados reais de empresas que atuam no mercado, modelo conhecido como benchmarking. Desde o início o movimento sindical, através da FNU acompanha o debate, por entender que os trabalhadores devem cada vez mais participar e entender os assuntos referentes à regulação, visto que estas alterações podem causar impactos tanto negativos quanto positivos para os trabalhadores do setor. Na audiência pública ocorrida em dezembro do último ano, a FNU apresentou três propostas para ANEEL:

- 1 - A consideração no modelo dos conteúdos dos acordos e normas coletivos de trabalho;
- 2 - O reconhecimento no indicador de eficiência da qualidade do trabalho, valorizando as empresas com baixos índices de acidentes;
- 3 - A previsão no modelo de que parte da produtividade decorrente do crescimento do mercado seja destinada a remuneração do trabalho.

A agência não levou em consideração nenhuma das propostas e, além disso, algumas das mudanças estabelecidas causam preocupação. O temor é que o "aperto", principalmente nos custos operacionais das distribuidoras, venha a ser um fator que motive o processo de precarização do trabalho, aumento da terceirização, arrocho salarial e perda de direitos.

Em conversa com o diretor da Agência, Nelson Hubner, foram questionados alguns dos pontos dessa metodologia. O diretor informou que não necessariamente o processo de terceirização seria estimulado. Segundo ele, algumas empresas que possuem uma boa estrutura primarizada de trabalho podem alcançar índices de eficiência maiores do que empresas que terceirizam. Citou como exemplo a empresa mineira "Cataguases - Leopoldina", que possui trabalhadores do quadro próprio em todos os municípios de sua concessão, o que a fez ter bons índices de qualidade no atendimento. Neste contexto é importante destacar que as empresas estatais que possuem um número menor de terceirização em relação às privadas, foram as que tiveram a pior eficiência, segundo a metodologia da ANEEL. Se prevalecer essa lógica as empresas mais eficientes serão aquelas em que o trabalhador recebe salário mínimo. De forma alguma iremos permitir que os trabalhadores "paguem" essa conta. Entendemos que premiar empresas que precarizam o trabalho não é o caminho para se fomentar a eficiência no setor. Devemos mais do que nunca estar vigilantes em nossas negociações com as empresas. Esperamos que as definições aprovadas pela ANEEL, não venham a se tornar um fator de instabilidade no setor de distribuição assim como defendemos que a agência tome suas decisões de forma mais democrática, levando em conta as contribuições daqueles que efetivamente colocam a própria vida em risco em prol do seu trabalho.

PARTICIPE DO LANÇAMENTO DA CAMPANHA TODOS PELA ENERGIA, DIA 8, EM FLORIANÓPOLIS. PROCURE SEU SINDICATO!

WWW.TODOSPELAENERGIA.COM.BR

Renovar já as concessões do setor elétrico por uma energia de qualidade, preço justo para todos e crescimento para o Brasil.

Luto no Campo e na Cidade

Os dirigentes da Intercel e Intersul estão abalados com a morte do companheiro Egídio Brunetto, dirigente do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) no Mato Grosso do Sul. Egídio morreu em um acidente na rodovia que liga Maracaju a Ponta Porã (fronteira com o Paraguai), na tarde desta 2ª feira (28/11), quando se dirigia ao assentamento Itamaraty, antiga fazenda transformada em área para a reforma agrária. Egídio foi enterrado nesta 4ª feira pela manhã (dia 30) em Dionísio Cerqueira (SC). Um dos fundadores da Via Campesina Internacional, Egídio era responsável pela relação do MST com organizações camponesas na América Latina e no mundo. Filho de camponeses sem terra, trabalhou desde a infância na roça. Sempre indignado, envolveu-se com a Pastoral da Terra na região de Xanxerê (SC) e se transformou em militante do MST desde a década de 80. Nossa solidariedade a família e ao movimento, que luta não somente pela reforma agrária, mas também em defesa do patrimônio público.

Sinergia lança conto e poesia no Palácio

Será lançado no dia 2 de dezembro o 7º livro Conto e Poesia. A obra é resultado de um concurso literário promovido pelo Sindicato dos Eletricitários de Florianópolis e Região (Sinergia).

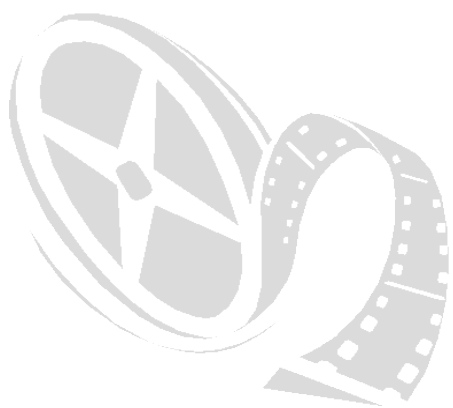
Realizado em nível estadual há 20 anos, o concurso tem se constituído como uma das mais importantes iniciativas na área em Santa Catarina. Para os escritores catarinenses, Alcides Buss e Leonor Scliar, “são poucas as entidades não governamentais que têm desenvolvido um programa cultural tão rico e extenso quanto o do Sinergia”.

Com a certeza de estar dando sua contribuição à produção cultural brasileira, o Sinergia busca com esse concurso cumprir o papel de propiciar espaços que contribuam para o exercício crítico e criativo dos trabalhadores.

Nessa última edição, os trabalhos recebidos vieram de todos os cantos do estado, representando 34 cidades e uma gama extensa de participantes, que abrangeu cidadãos entre 9 e 88 anos.

O Sinergia estima que nos últimos 20 anos tenham sido acolhidas 5.454 obras, 400 obras inscritas apenas no 7º concurso. Dentre todo esse material, foram selecionados 45 trabalhos – 30 poesias e 15 contos que compõem o livro. Para a divulgação da obra e da literatura produzida em Santa Catarina, cada biblioteca pública do estado receberá um exemplar, bem como mais de 100 entidades culturais do país.

A festa promovendo o livro acontecerá no Palácio Cruz e Sousa, dia 2 de dezembro (sexta-feira), às 19h e será aberta ao público. Haverá apresentação musical, declamação de poemas e muito mais. Todos estão convidados!



Projeto Meia Hora



Continua o Projeto Meia Hora. Confira a agenda e não deixe de participar!
As apresentações ocorrem sempre as 12h30min.

01/12 (quinta)- Studio de Dança Fabiano Silveira - ELETROSUL sede

06/12 (terça)- Teatro Jabuti e Convidados: “A historia de Pedro Alumiado ou de como nosso herói lutou com o dragão” --TRACTEBEL

07/12 (quarta) – Studio de Dança Fabiano Silveira -- TRACTEBEL

08/12 (quinta)- Teatro Jabuti e Convidados: “A historia de Pedro Alumiado ou de como nosso herói lutou com o dragão” – CALÇADÃO FELIPE SCHMIDT

09/12 (sexta) - Teatro Jabuti e Convidados: “A historia de Pedro Alumiado ou de como nosso herói lutou com o dragão” - CELESC ARFLO

